

O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO DE PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN

Aline Cristina Pereira

Graduanda em Educação Física,
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Taynara Neves Pereira

Graduanda em Educação Física,
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Taylan Gustavo Ladeia

Especialista em Neuropedagogia – UNIJALES;
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Carlos Alberto Lopes Filho

Mestre em Educação – UEMS;
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

RESUMO

O trabalho em educação inclusiva para pessoa com Síndrome de Down (SD) têm sido visto como desafio, diante do pouco conhecimento sobre métodos de estimulação em meio às necessidades educativas e à falta de recursos aos professores e alunos, sendo verificada uma lacuna entre as crenças, atitudes e práticas pedagógicas. Diante disso, a Educação Física vem como uma disciplina importante para o desenvolvimento e inclusão da SD. Através de pesquisas bibliográficas, obtiveram-se informações relacionadas ao comportamento do aluno deficiente no ambiente escolar, a necessidade de interação e métodos utilizados pelo professor em prol do crescimento físico e social. Além disso, deve-se levar em consideração que a forma como se porta em família pode refletir na escola, e assim, facilitar o processo de desenvolvimento e inclusão, baseado na compreensão das atitudes da criança em geral. Sabendo-se ainda que o desenvolvimento cognitivo da criança também decorre da sua interação com o ambiente se faz necessária uma estimulação bem estruturada para promover o desenvolvimento da criança com SD, minimizando suas dificuldades e evidenciando a possibilidade de plasticidade cerebral. É importante ressaltar que a convivência com um Down contribui positivamente também para outras pessoas, pois à medida que convivem com um Down, desenvolvem valores, formam atitudes como a aceitação das diferenças individuais e de solidariedade. Concluiu-se que esta disciplina curricular é completa, atingindo vários pontos necessários para o desenvolvimento, não podendo deixar de citar a questão motivacional, em que a pessoa se sente cada vez mais capaz de se superar, em todos os sentidos.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento; inclusão; ambiente escolar; aceitação; interação.

1 INTRODUÇÃO

Antes de compreender a importância da educação física na vida da pessoa com síndrome de Down (SD), é preciso ter o conhecimento do que ocasiona a deficiência no período da gestação. A SD, descrita em 1866, por John Langdon Down, foi denominada primeiramente de mongolismo pelo fato de as crianças

europeias serem muito parecidas entre si e possuírem traços que lembravam a população da raça mongólica, similares à dos asiáticos (SILVA; FERREIRA, 2001).

A síndrome de Down geralmente não está relacionada aos pais, ela é, de forma geral, uma anomalia genética causada pela presença de uma terceira cópia do cromossomo 21. O ser humano, em sua estrutura celular normal, possui 46 cromossomos divididos em 23 pares, já as pessoas com esta deficiência apresentam 47 cromossomos (três cópias do cromossomo 21, ao invés de duas) (PUESCHEL, 1993; SCHWARTZMAN, 2003).

Um fator que pode intensificar a possibilidade da SD é a idade da mulher, ou seja, quanto maior sua idade, maiores são as chances de gerar uma criança com SD. Essa probabilidade vai de 0,1% em mulheres que tenham filhos aos 20 anos e de até 3% em mulheres que tenham filhos aos 45 anos (LEME; CRUZ, 2008).

Algumas consequências provocadas pelas SD são (i) tendência a adoecer com facilidade (devido à resistência imunológica mais baixa, especialmente nos primeiros anos de vida), (ii) suscetíveis a infecções, principalmente no sistema digestivo e respiratório (a morbidade por doenças infecciosas é elevada, sendo mais frequentes as infecções respiratórias) e (iii) cardiopatia (MCGROTHER; MARSHALL, 1990).

Uma possível explicação a essas predisposições é a progeróide, ou seja, o processo de envelhecimento precoce responsável pelas alterações imunológicas, doenças auto-imunes e neoplasias em faixa etária precoce em relação à população geral. Soma-se a isso, a sua baixa capacidade mental. Um jovem adulto com SD tem capacidade equivalente à de uma criança de oito ou nove anos que não seja pessoa coma, podendo variar significativamente (SILVA; FERREIRA, 2001).

A partir dessas informações e demais necessidades reais das pessoas com SD, a educação física além de auxiliar na melhora da saúde, entra como uma ferramenta que se torna fundamental para o crescimento, desenvolvimento e inclusão de pessoa com esta deficiência na sociedade.

2 OBJETIVOS

Os objetivos deste trabalho são (1) apresentar informações sobre o comportamento do aluno com SD em ambiente escolar, suas limitações e habilidades e a necessidade de interação; (2) investigar o papel da família e como

pode ele pode refletir na escola e facilitar o processo de desenvolvimento e inclusão e (3) propor métodos de estimulação que supram as necessidades educativas e a falta de recursos aos professores e alunos.

3 MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo se caracteriza por ser uma pesquisa do tipo bibliográfica, utilizando livros, periódicos e artigos científicos. A documentação bibliográfica levantada estava atualizada, dando suporte aos objetivos, instrumentalizando a pesquisa, bem como fundamentando teoricamente os pesquisadores. Utilizou-se inicialmente para refinar a pesquisa palavras: educação física, síndrome de Down e inclusão. Consultaram-se os sítios virtuais Google Acadêmico e Scielo. No entanto, durante a leitura e seleção dos textos, houve referências que direcionavam a outras temáticas, tais quais: problemas respiratórios, intervenção familiar, práticas pedagógicas entre outras. Seguiu-se então uma nova busca, nos mesmos sítios digitais utilizando as palavras: educação física; inclusão e crianças com síndrome de Down. A seleção das publicações deu-se após a leitura analítica dos resumos, em seguida precedeu-se a leitura atenta dos artigos completos.

4 O QUE SE ESPERA DOS PROFESSORES

O professor, por ser responsável pelo aprendizado e interação de seus alunos, deve sempre ter como foco o total domínio e conhecimento do que está executando, seja nos planos de aula ou no trabalho prático. A partir disso, tendo um projeto bem estruturado, tem uma maior possibilidade de crescimento e inclusão de crianças com síndrome de Down no ambiente escolar.

É necessário que haja respeito entre os alunos mediante esclarecimento do educador, colocando as diferenças de lado e frisando que o conhecimento não só físico mais também social e emocional, vem em primeiro lugar. Queiroz (2017) enfatiza que o professor deve ser um agente facilitador dos processos de desenvolvimento e aprendizagem, e mediar as experiências escolares, ou seja, dar instrução adequada, e previna problemas comportamentais e acadêmicos, ressaltando o lado bom e as qualidades de cada um.

Para que a inclusão desses alunos seja possível, é importante que além das habilidades descritas, o professor tenha os conhecimentos básicos sobre seu aluno,

tais como o tipo de deficiência, as funções e estruturas que estão prejudicadas etc. Necessita conhecer também os diferentes aspectos do desenvolvimento humano: biológico (físicos, sensoriais, neurológicos); cognitivo; motor; interação social e afetivo-emocional (CIDADE; FREITAS, 1997).

Porém, na prática, o que se têm visto é o pouco conhecimento dos professores na educação inclusiva sobre métodos de estimulação e a falta de recursos, formando assim, uma lacuna entre crenças, atitudes e práticas pedagógicas (SILVA, 2007; HASSAMO, 2009).

Luiz et al. (2008) observaram que a inclusão, em âmbito mundial, gera bons resultados, porém ainda carece de preparo dos profissionais, maior envolvimento da família e apoio da saúde e educação para o oferecimento de conhecimento e serviços. Mendes (2006) sugere um maior investimento no ensino superior e na criação de práticas inclusivas adaptadas ao contexto brasileiro.

Outros autores acrescentam: falta de materiais, problemas na adaptação do ambiente, falta de políticas educacionais, problemas organizacionais, além de falhas na formação acadêmica e profissional (VALLE; GUEDES, 2003; FONTES, 2009; NAUJORKS, 2002). Todos esses aspectos, de certa forma, favorecem o isolamento do aluno com deficiência não motivando seu crescimento (ALBUQUERQUE, 2008; SODRÉ; PLETSCH; BRAUN, 2003).

Diante de tais fatos, percebe-se que o modo como ocorre o aprendizado da criança com SD depende não só do suporte institucional e acadêmico, mas também de recursos psicológicos disponíveis para lidar com essa realidade (DUEK; NAJOURKS, 2008).

4.1 Métodos Utilizados Pelo Professor

É de se considerar que crianças e pessoas com de SD necessitam de metodologia diferenciada, que seja de capacidade evolutiva, dando oportunidade ao conhecimento. Deve-se lembrar de que estas crianças são limitadas biologicamente por conta da deficiência, a qual deve ser considerada pelo professor de educação física.

Para Bastos (2009), pessoas com síndrome de Down são capazes de compreender suas limitações e conviver com suas dificuldades, ou seja, 73% deles tem autonomia para tomar iniciativas, não precisando que os pais digam a todo momento o que deve ser feito. Isso demonstra a necessidade/possibilidade desses

indivíduos de participar e interferir com certa autonomia em um mundo onde “normais” e deficientes são semelhantes em suas inúmeras diferenças.

A aprendizagem depende da integração dos processos neurológicos e da harmoniosa evolução de funções específicas como linguagem, esquema corporal, percepção, tempo-espacial, orientação e lateralidade. Algumas deficiências que a criança com SD tem e que dificultam o desenvolvimento da aprendizagem são: alterações visuais e auditivas; incapacidade de organizar atos cognitivos e condutas, debilidades de associar e programar sequências.

Ferreiro e Teberosky (1985) baseiam-se em três grandes princípios, a saber, (1º) da aprendizagem pelo pensamento; (2º) do ensino associado à pesquisa e (3º) reconhecimento da importância dos valores vigentes na sociedade ou na escola para o encaminhamento de um processo educacional.

A fundamentação teórica que norteia a pesquisa sobre a aquisição da língua escrita, desenvolvida por Ferreiro e Teberosky (1985) tem como pressuposto teórico os estudos de Jean Piaget, assumindo como métodos de exploração o método clínico, próprio da pesquisa psicogenética. Neste método o pesquisador tem acesso como a criança está pensando através de uma conversa com esta, sendo as perguntas elaboradas a partir das respostas das crianças.

O educador deve ter como objetivo trabalhar a integração das pessoas com de síndrome de Down na comunidade, trabalhar em cima da aceitação social, como também na absorção em um mercado de trabalho.

4.2 Educação Física Para Pessoas Com Síndrome de Down

É importante ressaltar que a estimulação dos alunos com SD é intensificada através da interdisciplinaridade, ou seja, deve-se ter a junção de conhecimentos de diversas áreas, detectando os aspectos defasados, alterados ou inadequados que exijam a atenção de sua área. Tais profissões são: fisioterapia, psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, educação física e pedagogia. Todas devem estar organizadas de forma integrada apoiando e de certa forma facilitando o desenvolvimento das crianças com necessidades especiais (VASCONCELOS, 1999).

Em particular, a educação física adaptada para a educação especial “é uma área da educação física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educativas especiais, adequando metodologias de

ensino para o atendimento às características de cada pessoa com de deficiência, respeitando suas diferenças individuais” (DUARTE; WERNER, 1995, p. 09).

Além disso, a educação física adaptada para pessoa com deficiência não se diferencia da educação física em seus conteúdos, mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados ao indivíduo deficiente. É um processo de atuação docente com planejamento, visando atender às necessidades de seus educandos (BUENO; RESA, 1995).

O programa de educação física quando adaptada ao aluno pessoa com de deficiência, possibilita ao mesmo a compreensão de suas limitações e capacidades, auxiliando-o na busca de uma melhor adaptação (CIDADE; FREITAS, 1997).

Também permite que os jovens sejam valorizados e se integrem num mesmo mundo. Segundo Pedrinelli (1994), “todo o programa deve conter desafios a todos os alunos, permitir a participação de todos, respeitar suas limitações, promover autonomia e enfatizar o potencial no domínio motor”.

4.3 Comportamento no Ambiente Escolar

Segundo Mills (apud SCHWARTZMAN, 1999), antes de tentar analisar o comportamento e criar formas para lidar com o aprendizado e interação de uma criança com síndrome de Down, no ambiente escolar, é importante manter um diálogo constantemente com os pais sobre o comportamento da mesma, em casa. A forma como se porta em família pode refletir na escola, e assim, facilitar o processo de desenvolvimento e inclusão, baseado na compreensão das atitudes da criança em geral. Não só o ambiente familiar e a escola, mas também o ambiente da comunidade afetam o desenvolvimento das crianças.

Omote et al. (2005) destacaram a necessidade de se consolidar uma prática social que encoraje a escola, família e alunos a reverem comportamentos e crenças mantidas.

As competências linguísticas das pessoas com de SD geralmente são reduzidas e há uma grande dificuldade para formar palavras e expressar sentimentos, ou seja, a maioria das crianças com síndrome de Down age por impulso em suas ações como forma de expressar suas vontades, evitando esforços para argumentar (WERNECK,1997).

Como muitas pessoas não tem conhecimento sobre as características de crianças com SD, acusam seus atos como teimosia, já criando um preconceito e

carregando de forma negativa à sociedade. Mustacchi (apud VOIVODIC, 2004), o comprometimento intelectual é a consequência mais nociva da síndrome de Down, o que irá prejudicar o seu aprendizado e a sua interação social.

Segundo WERNECK (1997), o portador de síndrome Down é um excelente imitador, absorvendo bons hábitos de forma rápida. A convivência com um Down é positiva para outras pessoas, contribuindo para o desenvolvimento de valores e a formação de atitudes como a aceitação das diferenças individuais, de solidariedade, entre outras.

Conforme Mantoan (1998), a diversidade no meio social, e especialmente, no ambiente escolar, é fator determinante no enriquecimento dessas trocas, dos intercâmbios intelectuais, sociais e culturais que ocorrem entre as pessoas que neles interagem.

A influência do ambiente no desenvolvimento psicológico da criança ocorre, segundo Silva (2002), basicamente através da experiência emocional do sujeito. Em uma experiência emocional estão em relação tanto as características próprias do sujeito, como aquelas do ambiente, mas, não é qualquer experiência que se torna relevante para o curso futuro do desenvolvimento da criança. Em decorrência disso, as situações vividas em cada ambiente podem influenciar diferentemente as várias pessoas que ali convivem, uma vez que, cada criança pode ter uma percepção diferente de um evento, experimentando de um modo particular e, conseqüentemente, a influência deste sobre o desenvolvimento de cada criança acaba sendo muito peculiar.

A partir dessa peculiaridade em seu desenvolvimento, Pueschel (1993) notou que cerca de 80% das crianças têm QI baixo, entre 25-30. Entretanto, segundo Schwartzman (1999), os testes de QI já são utilizados há mais de 50 anos e não foram normatizados para serem usados com a população de crianças com retardo e deficiências. Vale salientar que no decorrer dos anos os indivíduos com síndrome de Down, têm demonstrado aumento significativo de inteligência, o que leva a crer que a inteligência não parece ser definida somente pelos fatores biológicos, mas também pelos fatores ambientais.

4.4 A Necessidade de Interação

Segundo Voivodic (2004), as interações entre crianças com e sem necessidades especiais são determinantes para a concretização de processos de

inclusão escolar e, por isso, há necessidade de mais investimentos em estudos sobre esses processos. A caracterização dessas interações, além de constituir importante ampliação no conhecimento científico, possibilita avaliar as variáveis facilitadoras e dificultadoras do estabelecimento de vínculos de cooperação e amizade. Esta avaliação é fundamental para a organização de contingências no sentido de aumentar a probabilidade de obtenção de sucesso no processo de inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais.

Além disso, fazer com que a criança pessoa coma interaja em seu meio social é fundamental para aprendizagem, desenvolvimento motor e facilidade para se expressar. Sabendo-se ainda que o desenvolvimento cognitivo da criança também decorre da sua interação com o ambiente se faz necessária uma estimulação bem estruturada para promover o desenvolvimento da criança com SD, minimizando suas dificuldades e evidenciando a possibilidade de plasticidade cerebral (SILVA; KLEINHANS, 2006).

Nesse sentido, ainda segundo o mesmo autor, a aquisição de linguagem é resultado de um processo de interação do sujeito com o outro e com o meio social, tornando a inclusão fundamental, pois é nesse contexto que as crianças com SD interagem com seus pares e com o professor, que tem como uma de suas funções criar oportunidades para o desenvolvimento da linguagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se, com base nas pesquisas e informações presentes no artigo, que a anomalia genética interfere no desenvolvimento da criança, mas que não torna impossível o aumento de capacidade intelectual, que a mesma pode adquirir no ensino-aprendizagem.

O processo de socialização das pessoas com de Síndrome de Down não é tão simples, podendo ser dificultado por falta de estrutura familiar, como também da escolar. A inclusão é algo bem complexo quando se trata da pessoa com esta deficiência, pois pode variar de indivíduo para indivíduo. A observação do comportamento no ambiente familiar pode ser de grande importância e complemento para o crescimento escolar, preparando a criança para a interação com os demais colegas. Devemos repensar no sistema que inclui um ambiente voltado e

especializado apenas para pessoas com SD, se este mesmo sistema gerado pela sociedade é o mesmo que exclui.

Interagir com outras pessoas é um ponto forte para a evolução da criança pessoa coma, podendo exigir certa competitividade durante as atividades realizadas. Isto faz com que pessoas com SD se sintam capazes de realizar qualquer tipo de atividade ao ponto de se intitular como pessoa “normal” diante à sociedade.

O método de ensino que o professor deve utilizar, não é algo já descoberto. Então é necessário se basear através do conhecimento, em relação a forma como a criança se porta e se expressa, como o também o entendimento do que esta anomalia causa.

Sugerimos mais pesquisas e estudos científicos para obter maior contribuição na qualidade e no desenvolvimento das pessoas com SD, a fim de garantir estruturas e bases metodológicas dos profissionais envolvidos e estudiosos na área.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. R. Decifra-me ou te devoro: Os alunos com necessidade educacionais especiais nas representações sociais de seus professores. 2008

BASTOS, A. P. B.; PROBLEMA, O. Processo de Inclusão das Pessoas com Síndrome de Down. Pedagoga e mestranda pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique, no Brasil. 2009. Disponível em: www.planetaeducacao.com.br. Acesso em: 28/09/2018

BUENO, S. T.; RESA, J.A.Z. Educacion Fisica para niños y niñas com necesidades educativas especiales. Malaga : Ediciones Aljibe, 1995.

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. Noções sobre Educação Física e Esporte para Pessoas Pessoa comas de deficiência. Uberlândia, 1997.

DUARTE, E.; WERNER, T. Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências. In: Curso de atividade física e desportiva para pessoas comas de deficiência: educação à distância. Rio de Janeiro: ABT: UGF, v. 3, 1995.

DUEK, V.P., NAJOURKS, M.I. Inclusão e autoconceito: reflexões sobre a formação de professores. In: ALMEIDA, M.A., MENDES, E. G.; HAYSHI, M. C. P. I. (Org.). Temas em educação especial: múltiplos olhares. Araraquara: Junqueira & Marin, p. 176-189. 2008.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. Psicogênese da Língua Escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FONTES, R. S. Ensino colaborativo: uma proposta de educação inclusiva. Araraquara: Junqueira & Marin, 2009.

HASSAMO, I. C. S. Relação entre crenças, atitudes e práticas pedagógicas de professores na inclusão de alunos com deficiência mental. 2009. 65f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação e da Orientação). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009.

LEME, C. V. D.; CRUZ, E. M. T. N. Sexualidade e Síndrome de Down: uma visão dos pais. Arquivos de Ciência e Saúde. p. 29-37, 2008.

LUIZ, F. M. R. et al. A inclusão da criança com Síndrome de Down na rede regular de ensino: desafios e possibilidades. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 14, n.3, p. 97-508, 2008.

MANTOAN, M. T. E. Ensino inclusivo/educação (de qualidade) para todos. Revista Integração. Brasília: MEC/SEESP, p. 29-32, 1998.

McGROTHER, C. W.; MARSHALL, B. Recent trends in incidence, morbidity and survival in Down's syndrome. Journal of Mental Deficiency Research, v.34, p.49-57, 1990.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 11, n. 33, p.387-405, 2006.

NAUJORKS, M. I. Stress e inclusão: indicadores de stress em professores frente à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Revista Cadernos de Educação Especial, Santa Maria, v. 20, p. 117-125, 2002.

OMOTE, S. et al. Mudança de atitudes sociais em relação à inclusão. *Paideia*, Ribeirão Preto, v.15, n.32, p. 387-396, 2005.

PEDRINELLI, V. J. Educação Física Adaptada: Conceituação e Terminologia. In: Educação Física e Desporto para Pessoas com Deficiência. Brasília: MEC-SEDES, SESI-DN, p. 7-10. 1994.

PUESCHEL, S. Síndrome de Down: Guia para pais e educadores. Campinas: Papyrus, 1993.

QUEIROZ, T. G. Literatura infantil: Uma Prática Estratégica para o Desenvolvimento Cognitivo e Mediadora da Aprendizagem. 2017. 95f. Dissertação (mestrado em

Docência e Gestão da educação: Administração escolar e administração educacional). Faculdade de ciências humanas e sociais. Universidade Fernando Pessoa. 2017

SCHWARTZMAN, J. S. Síndrome de Down. São Paulo: Mackenzie, 324 p, 1999.

SCHWARTZMAN, J. S. Alterações clínicas. In: J.S. Schwartzman (Org.), Síndrome de Down. (pp. 82-127). São Paulo: Memnon, 2003.

SILVA, D. G; FERREIRA, J. S. Intervenção na Educação Física em crianças pessoa comas de Síndrome Down. Revista da Educação Física/UEM; Maringá; v.12, n.1, p. 69-76, 1.sem.2001.

SILVA, N. L. P.; D, M. A. Síndrome de Down: etiologia, caracterização e impacto na família. Interação em psicologia, v. 6, n. 2, 2002.

SILVA, M. F. M. C.; KLEINHANS, A. C. S. Processos cognitivos e plasticidade cerebral na Síndrome de Down. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 12, n. 1, p. 123-138, 2006.

SILVA, R. C.; H, M. C. P. I. Revista Educação Especial: um estudo bibliométrico da produção científica no campo da Educação Especial. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 21 n. 31, p. 117- 136, 2008.

SILVA, K. F. W. Inclusão escolar de alunos com deficiência mental: possíveis causas do insucesso. 2007.185f. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SODRÉ, J.; PLETSCHE, M. D.; BRAUN, P. A. Formação inicial e continuada de recursos humanos para a prática docente frente à educação inclusiva. In: NUNES SOBRINHO, F.P. (Org.). Inclusão educacional- pesquisa e interfaces. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2003.

VALLE, M. H. F.; GUEDES, T. R. Habilidades e competências do professor frente à inclusão. In: NUNES SOBRINHO, F.P. (Org.). Inclusão educacional- pesquisa e interfaces. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2003.

VASCONCELOS, R. N. S. Abordagem educacional da estimulação precoce: a contribuição da fisioterapia. Mensagem da APAE, Brasília, DF, p. 36-39, 1999.

VOIVODIC, M. A. Inclusão escolar de crianças com síndrome de down. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

WERNECK, C. Ninguém mais vai ser Bonzinho na Sociedade Inclusiva. Rio de Janeiro: WVA, 1997.